III Congresso Internacional de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento

20 a 22 de outubro de 2014

CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL

MCH1337

ANÁLISE DA ATUAÇÃO EFETIVA DA RMVP E DO CODIVAP E SUA COMUNICAÇÃO NA ATUALIDADE

FRANCINE ALVES MAIA
francinemaia.taubate@gmail.com
MESTRADO - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

ORIENTADOR(A)
MOACIR JOSE DOS SANTOS
UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

ANÁLISE DA ATUAÇÃO EFETIVA DA RMVP E DO CODIVAP E SUA COMUNICAÇÃO NA ATUALIDADE

Resumo: Esta pesquisa foi realizada com base em dois projetos que surgiram para unificar a busca por melhorias coletivas para as cidades da região do Vale do Paraíba, Serra da Mantiqueira e Litoral Norte: o CODIVAP - Consórcio para Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba, criado em 1970, e a RMVP - Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, de 2012. Apesar do trabalho dos dois grupos, os efeitos parecem não alcançar o esperado pelos municípios que os compõem. Além disso, a comunicação digital tanto do CODIVAP quanto da RMVP se mostra incompleta e limitada em diversos aspectos: enquanto uma mantém o site desatualizado, o outro sequer possui canal de comunicação próprio, com ausência de informações relevantes. Este estudo pretende analisar os resultados apresentados pelos dois grupos, bem como sua comunicação pública digital e a leitura da imprensa sobre a atuação das duas instituições, principalmente durante o primeiro semestre de 2014. A meta é avaliar até que ponto as iniciativas contribuem efetivamente para a evolução e o desenvolvimento das cidades que representam, levando em consideração a busca pela equidade na melhoria da vida de seus habitantes.

Palavras-Chave: RMVP; CODIVAP; Comunicação pública; Comunicação digital.

ANALYSIS OF THE ACTIVENESS OF RMVP AND CODIVAP AND ITS COMMUNICATION TODAY

Abstract: This research was based on two projects that have emerged to unify the search for collective improvements for the cities of the Paraíba Valley, Serra da Mantiqueira and the North Coast region: the CODIVAP - Consortium for Integrated Development of Vale do Paraíba, created in 1970 , and RMVP -. Metropolitan Region of Paraiba Valley and the North Coast, 2012. Despite the work of the two groups, the effects do not seem to achieve the expectation of municipalities that compose them. In addition, both the CODIVAP and the RMVP's digital communication systems are limited and incomplete in several respects: while one maintains an outdated site, the

other one does not even have its own communication channel with no relevant information. This study aims to analyze the results shown by the two groups, as well as its digital public communication and the view of the press about the activities of the two institutions, especially during the first half of 2014. The goal is to assess how initiatives contribute effectively to the evolution and development of the cities they represent, taking into account the search of equity in the improvement of the lives of its inhabitants.

Keywords: RMVP. CODIVAP. Activeness. Public communication. Digital communication.

Introdução

O desenvolvimento deve ser encarado como algo mais abrangente do que puramente o crescimento econômico, mais profundo e amplo, que envolve a sociedade de forma direta e influencia seu cotidiano e, principalmente, sua qualidade de vida. Criar formas de ampliar o poder de alcance de grupos que representem a força política de determinadas regiões pode ser uma saída para realizar ações efetivas de desenvolvimento, além de colaborar com a descentralização, tornando as políticas para o interior do estado mais acessíveis.

A região do Vale do Paraíba conta hoje com duas forças políticas coletivas: o CODIVAP - Consórcio para Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba, criada em 1970, e a RMVP - Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, de 2012.

A primeira iniciativa, o CODIVAP, teria surgido de livre iniciativa dos prefeitos da região, algo discutível, já que surge em meio de período de ditadura, quando quaisquer movimentos políticos só seriam legitimados com o aval do governo federal. Já a segunda iniciativa, a RMVP, partiu do governo estadual, formalizando mais uma etapa da divisão do estado de São Paulo em regiões metropolitanas, com a meta de aproximar o governo estadual das cidades do interior, buscando a unificação de seu plano de ação, visando um crescimento conjunto.

Ambos os grupos apresentam também a meta de realizar estudos para analisar as necessidades dos municípios que as integram, com os principais objetivos de fortalecer sua atuação conjunta e propor ações que possam estimular o desenvolvimento

econômico e social de forma equilibrada, com planejamento em nível regional. É preciso lembrar, no entanto, que o desenvolvimento não é quantificado facilmente, e deve ser analisado por indicadores econômicos e sociais, por vezes ultrapassando limites numéricos (VIEIRA, SANTOS, 2012).

O presente artigo tem como meta debater a atuação dessas entidades e a comunicação delas com a sociedade por meio de fontes digitais, como forma de atualizar a população sobre a efetividades de suas ações.

Metodologia

Para a realização deste estudo foi realizada uma pesquisa de caráter exploratório-descritivo, com coleta de dados bibliográficos e documentais, por meio de dados disponibilizados em sites oficiais, além da análise de estudos já realizados sobre temas correlatos. A técnica de coleta de dados baseia-se no levantamento bibliográfico, que agrupa a bibliografia relacionada ao tema de estudo, com a meta de usufruir de seus avanços, obter as informações atuais do problema estudado em busca de novas conclusões. (REIS, 2012).

Neste estudo também será brevemente analisada a disponibilização de informação oficial sobre a atuação das instituições e a visão da imprensa regional, por meio de análise de matérias publicadas sobre o tema no primeiro semestre de 2014, especialmente ao longo do mês de junho, do jornal O Vale, veículo de principal circulação na região.

O objetivo é dar abertura para a discussão da efetividade não apenas das ações realizadas atualmente tanto pelo CODIVAP quanto pela RMVP, mas a forma como essas ações são vistas através dos meios de comunicação oficiais e da imprensa regional. Os acessos foram realizados ao longo do mês de junho de 2014.

Região Metropolitana : análise conceitual

Região, como conceito clássico de geografia, faz referência a um retrato das características geográficas de um trecho específico de área, levando em consideração a formação de extensas áreas urbanas contínuas. Para Gomes(1995) essa definição é uma realidade concreta, física, que é uma referência para a sociedade e independe do pesquisador.

A definição de Metrópole tem sua origem latina e refere-se à capital ou ao centro de uma região, descrita por Souza(2003) como um minisistema urbano, unindo duas ou

mais cidades com vínculos fortes e que, unidas, passam a representar-se como se fossem uma única cidade, com grande área de influência econômica.

Desta forma pode-se concluir que a definição de Região Metropolitana pode ser traduzida como um aglomerado de municípios que tem em comum sua localização geográfica e particularidades de seus potenciais de desenvolvimento econômico e social. Uma teoria que, no caso de nossa região, é diretamente afetada por conta das disparidades entre as cidades que fazem parte da RMVP, como veremos a seguir.

A Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte

A RMVP foi criada por meio de Lei Complementar Nº 1.166, em 23 de março de 2012, integrando as cidades de Aparecida, Arapeí, Areias, Bananal, Caçapava, Cachoeira Paulista, Campos do Jordão, Canas, Caraguatatuba, Cruzeiro, Cunha, Guaratinguetá, Igaratá, Ilhabela, Jacareí, Jambeiro, Lagoinha, Lavrinhas, Lorena, Monteiro Lobato, Natividade da Serra, Paraibuna, Pindamonhangaba, Piquete, Potim, Queluz, Redenção da Serra, Roseira, Santa Branca, Santo Antonio do Pinhal, São Bento do Sapucaí, São José do Barreiro, São José dos Campos, São Luiz do Paraitinga, São Sebastião, Silveiras, Taubaté, Tremembé e Ubatuba, divididas em cinco sub-regiões.

O objetivo desta união, segundo a lei, é atuar para tornar real o planejamento regional para o desenvolvimento socioeconômico e a melhoria da qualidade de vida; a cooperação entre diferentes níveis de governo, mediante a descentralização, articulação e integração de seus órgãos e entidades da administração direta e indireta com atuação na região, visando ao máximo aproveitamento dos recursos públicos a ela destinados; a utilização racional do território, dos recursos naturais e a proteção do meio ambiente, dos bens culturais materiais e imateriais; a integração do planejamento e da execução das funções públicas de interesse comum aos entes públicos atuantes na região e a redução das desigualdades regionais.

Ligada diretamente à Subsecretaria de Desenvolvimento Metropolitano, a RMVP, representada em destaque no mapa abaixo, compõe um quadro amplo de outras regiões metropolitanas do Estado de São Paulo, chamado de território da Macrometrópole Paulista. A MMP abrange as cinco regiões metropolitanas do Estado já institucionalizadas – São Paulo, Campinas, Baixada Santista, Vale do Paraíba e Litoral Norte e Sorocaba –, as aglomerações urbanas de Jundiaí e Piracicaba e a unidade regional de Bragantina.

Mapa I - Macrometrópole Paulista

Fonte: Emplasa.sp.gov.br. Em destaque: a RMVP.

Juntas, essas cidades totalizam 172 municípios em 50 mil km² de área, equivalente a 20% do território paulista e 0,59% do nacional, onde vivem mais de 30 milhões de pessoas, o que representa 74% do total da população estadual. Os dados são do site da Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano SA (Emplasa), responsável por cuidar do planejamento da região da Grande São Paulo e atuar nas unidades regionais instituídas, voltada para a implementação de políticas públicas e projetos integrados entre os diversos setoriais e nos três níveis de governo.

Mas o Vale do Paraíba apresenta disparidades que devem ser consideradas. Entre as mais facilmente detectadas está a diferente do Produto Interno Bruto - PIB, entre as cidades que compõem seu cenário, como releva o quadro abaixo: há, por exemplo, de um lado o município de São José dos Campos, com economia de base industrial e representatividade de 39,84 no PIB regional, sendo o oitavo do estado; e do outro o município de Arapeí, com economia de base rural, representatividade de 0,04% no PIB regional, sendo a cidade de número 636 no estado, para o quesito PIB. Para análise dimensional, a distância entre as duas cidades é de 210 quilômetros.

Quadro I - Macrometrópole Paulista

Unidades Territoriais	PIB Total	Participações(%)	Posição na Região	Posição no Estado
Aparecida	373.614.718	0,72	14°	203°
Arapeí	18.709.849	0,04	39°	636°
Areias	31.531.493	0,06	35°	580°
Bananal	77.173.329	0,15	24°	430°
Caçapava	2.020.417.908	3,88	6°	68°
Cachoeira Paulista	290.103.015	0,56	16°	237°
Campos do Jordão	491.189.936	0,94	13°	172°
Canas	29.121.243	0,06	38°	594°
Caraguatatuba	919.085.818	1,77	10°	111°
Cruzeiro	951.838.161	1,83	9°	108°
Cunha	112.222.380	0,22	22°	357°
Guaratinguetá	1.816.229.595	3,49	7°	73°
Igaratá	70.606.621	0,14	28°	444°
Ilhabela	263.545.799	0,51	17°	242°
Jacareí	4.307.484.439	8,28	4°	34°
Jambeiro	622.849.760	1,20	12°	143°
Lagoinha	43.503.268	0,08	31°	525°
Lavrinhas	49.400.661	0,09	29°	505°
Lorena	1.034.131.755	1,99	8°	106°
Monteiro Lobato	31.982.750	0,06	34°	576°
Natividade da Serra	42.842.974	0,08	32°	529°
Paraibuna	132.645.402	0,26	20°	332°
Pindamonhangaba	4.049.194.703	7,79	5°	36°
Piquete	83.150.460	0,16	23°	413°
Potim	126.347.490	0,24	21°	339°
Queluz	74.508.901	0,14	27°	437°
Redenção da Serra	29.290.846	0,06	37°	590°
Roseira	166.243.250	0,32	18°	296°
Santa Branca	162.417.868	0,31	19°	301°
Santo Antonio do Pinhal	46.511.967	0,09	30°	514°
São Bento do Sapucaí	75.853.124	0,15	25°	432°
São José do Barreiro	31.143.825	0,06	36°	583°
São José dos Campos	20.718.594.730	39,84	1°	8°
São Luís do Paraitinga	74.973.592	0,14	26°	433°
São Sebastião	4.677.287.309	8,99	3°	31°
Silveiras	40.548.321	0,08	33°	538°
Taubaté	6.887.550.477	13,24	2°	17°
Tremembé	312.848.059	0,60	15°	228°
Ubatuba	723.522.919	1,39	11°	130°

Fonte: Emplasa.sp.gov.br

A diferença entre os municípios surge com força também quando o assunto é o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH: segundo dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013, realizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - Pnud, São José dos Campos surge novamente em primeiro lugar na região, ocupando a posição 24° no ranking, com IDH de 0,807, seguido por Taubaté em 40° lugar no ranking nacional, com IDH de 0,800. Três das 28 cidades paulistas que aparecem entre as 50 melhores do país são da região. Já os números mais baixos do Vale foram registrados na cidade de Natividade da Serra, com IDH de 0,655, o que a deixa na posição de 3.008º perante as demais cidades brasileiras. O Índice de Desenvolvimento Humano do país é de 0,727.

Para Vieira(2009) tal disparidade ocorre, principalmente, por conta da localização dos municípios, sendo que aqueles que se encontram próximos da Rodovia Presidente Dutra, construída na década de 50 ligando a região a São Paulo e Rio de Janeiro, apresentam maior industrialização e urbanização. Já aqueles que fazem parte das Serras da Mantiqueira e do Mar mantém características de ligação direta com o setor primário da economia, sofrendo com o êxodo rural e o empobrecimento de sua

população. A Rodovia é citada ainda como um ponto de ligação capaz de influenciar funções urbanas (ANTICO E LEAL, 1993).

O Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento, publicado em 2008 pela Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, aponta que há uma dificuldade crescente em se estruturar novas regionalizações graças à complexidade do processo de globalização e a crescente polaridade social e econômica, que só fazem aumentar as diferenças internas no território brasileiro. O mesmo levantamento porém, reforça sobre a importância de pensar essa nova regionalização para servir como base para o planejamento de políticas públicas adequadas para superar essas grandes marcas de divisão do território nacional.

A atuação da RMVP documentada oficialmente

Para analisar a atuação da RMVP foram pesquisadas todas as atas disponíveis no site da Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano SA, responsável por atuar na Grande São Paulo e nas unidades regionais instituídas.

Os documentos, com exceção da ata da segunda reunião ordinária, que encontra-se indisponível; foram lidos com o objetivo de avaliar as ações efetivas dos dois grupos perante o desafio de buscar homogeneidade no desenvolvimento regional.

O encontro entre os membros do conselho, que inclui todas as cidades envolvidas, além de representantes do Estado em diversas escalas, é realizado de forma itinerante na RMVP. Na primeira reunião, em 23 de abril de 2012 em São José dos Campos, foram criadas 16 câmaras temáticas e houve, por parte de um dos prefeitos, a sugestão de sistematizar o andamento das ações, já que muitos dos temas a debater são conhecidos há longo tempo.

Na ata da terceira reunião, realizada em 15 de dezembro de 2012 em São Sebastião, apresenta-se um montante significativo de investimentos nas cidades que compõem a RMVP, muitos deles feitos e/ou aparentemente planejados, devido ao valor dos projetos e à complexidade dos mesmos, antes da criação da RMVP, o que dá margem para interpretação do uso da RMVP como palanque de anúncio de melhorias elaboradas anteriormente.

Durante a quarta reunião, em sete de março de 2013 em São José dos Campos, a ação relevante foi a escolha dos ocupantes do cargo de presidente (prefeito de São Bento do Sapucaí) e vice-presidente(prefeito de Ilhabela) da RMVP. Anteriormente a entidade era comandada pelos prefeitos de São José dos Campos (presidência) e Queluz

(vice-presidência). Vale registrar que a primeira presidência da RMVP foi escolhida por indicação do Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba - Codivap, em abril de 2012.

A ata da quinta reunião, que aconteceu em 24 de maio de 2013, em Taubaté, menciona a conclusão do primeiro mapeamento digital da RMVale, porém sem o registro da apresentação de seus dados, além da previsão de desenvolvimento de ações de geração de renda e riqueza para 21 municípios da região, resultado de um estudo feito por entidades do governo, que constatou baixos índices de desenvolvimento socioeconômico. A ata não cita que ações seriam essas e nem o nome do estudo.

A ata lavrada durante a sexta reunião, em 31 de julho de 2013, em Aparecida, cita a ausência de cinco secretarias e nove prefeituras, uma falta não registrada até então. Neste encontro foi aprovado o Regimento Interno do Conselho e houve a apresentação sobre a Desenvolve São Paulo, instituição financeira do governo do Estado de São Paulo. Foram apresentados ainda três projetos de fomento à geração de renda para os 21 municípios identificados por estudo citado na reunião anterior, com foco em pecuária, turismo e cultura.

Um tema em especial gerou debate: a extinção e descentralização da agência ambiental da Cetesb, transferida de Aparecida para São José dos Campos. A medida recebeu duras críticas feitas por dois prefeitos presentes à reunião que ficaram registradas na ata. Um deles fala sobre outras propostas defendidas que não foram levadas em consideração até o momento. Nesta reunião é citado, pelo então presidente da RMVP, o CODIVAP como possível parceiro para evitar debater novamente questões já discutidas à exaustão.

Na última ata disponível no site da Emplasa, que traz a sétima reunião ordinária, realizada em 23 de setembro de 2013, em Ilhabela, o CODIVAP é novamente citado como referência para temas recorrentes à RMVP que já foram amplamente analisados pelo Consórcio. Foram registradas as ausências de cinco secretarias e seis prefeituras, além do lançamento do Atlas Digital da RMVale.

Consórcios Intermunicipais - Análise Conceitual

Os consórcios intermunicipais surgem como alternativa de ganho de escala nas políticas públicas(CRUZ, 2002), por representar uma parceria baseada numa relação de igualdade que permita a busca por soluções de problemas comuns a um grupo determinado de cidades, ganhando mais adeptos a partir da década de 1980, o que faz

do CODIVAP um dos primeiros e mais antigos consórcios da história do Brasil. Essa foi a solução apontada não apenas para municípios menores, mas para aplicação em regiões metropolitanas, otimizando recursos e ampliando resultados(BONATTO, 2004).

O artigo 241 da Constituição Brasileira autoriza a gestão associada de serviços públicos, registro que endossa a busca por esse tipo de agrupamento como um benefício para descentralizar ações e favorecer seus efeitos. Bonatto(2004) reforça que o consórcio é o resultado de um pacto, de uma negociação. Cruz(2002) ressalta que é preciso que haja a existência de interesses comuns e a busca da superação de conflitos político-partidários. Já Montenegro(2005) lembra que apesar dos consórcios não exercerem poder que os permite criar leis, eles podem ter papel relevante na criação delas, por meio de seus estudos e levantamentos para o desenvolvimento de políticas públicas adequadas à realidade regional.

O CODIVAP - Consórcio para Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba

Criado em 10 de outubro de 1970, o CODIVAP defende a paridade entre os municípios que os compõe e foi instituído para planejar e coordenar ações que promovam o desenvolvimento das cidades que fazem parte do grupo. Entre suas atribuições, pode-se destacar a promoção de diversas ações para fomentar o crescimento econômico e o desenvolvimento e nas cidades atendidas. Contribuir para o esclarecimento da opinião pública regional sobre os problemas técnico-administrativos dos municípios e promover a criação de televisão educativa regional são as ações propostas mais ligadas à área comunicação.

Ao comparar diretamente as tarefas a serem desempenhadas pela RMVP e pelo CODIVAP, é possível perceber que muitas são, se não idênticas, extremamente similares em sua essência. Característica também pertinente ao modo de atuação das duas instituições.

O CODIVAP surgiu em período de ditadura, junto às primeiras discussões sobre a necessidade de integração dos municípios dessa região. O Consórcio foi resultado do espírito de livre iniciativa dos prefeitos, com a meta de tornar o Vale uma só cidade(MARTINS, 1971). Ao final da década de 70, o Cone Leste Paulista tinha 830.421 habitantes(MAMEDE, 2006), números que quase triplicaram nos últimos 40 anos e trouxeram consigo o desenvolvimento ocorrido de forma desigual, como já citado. Cidades do Litoral Norte (Ubatuba, Caraguatatuba, Ilhabela e São Sebastião) ingressaram no CODIVAP nos anos 80.

A área de atuação engloba as cidades de Aparecida, Arapeí, Areias, Bananal, Caçapava, Cachoeira Paulista, Campos do Jordão, Canas, Caraguatatuba, Cruzeiro, Cunha, Guararema, Guaratinguetá, Igaratá, Ilhabela, Jacareí, Jambeiro, Lagoinha, Lavrinhas, Lorena, Mogi das Cruzes, Monteiro Lobato, Natividade da Serra, Nazaré Paulista, Paraibuna, Pindamonhangaba, Piquete, Potim, Queluz, Redenção da Serra, Roseira, Salesópolis, Santa Branca, Santa Isabel, Santo Antônio do Pinhal, São Bento do Sapucaí, São José do Barreiro, São José dos Campos, São Luís do Paraitinga, São Sebastião, Silveiras, Taubaté, Tremembé, Ubatuba. Com esse quadro, se difere em apenas cinco municípios daqueles atendidos pela RMVP, sendo eles: Guararema, Mogi das Cruzes, Nazaré Paulista, Salesópolis e Santa Isabel, cidades mais próximas à Região Metropolitana de São Paulo e que não fazem parte da região administrativa do Vale do Paraíba.

Mapa II - Área de atuação do CODIVAP

Fonte: Codivap.org.br

Diferentemente da RMVP, mantida pelo Estado, o CODIVAP tem como base para fonte de seus recursos quotas de contribuição dos municípios, podendo ser remunerada por sua atuação em alguns casos.

Menos de dois anos depois de ter sido criado, o CODIVAP realizou um estudo socioeconômico, extremamente importante para uma análise criteriosa das necessidades da região, o "Caraterização do Conhecimento do Vale" . Ao avaliar o período entre 1940 e 1970, a pesquisa apontou forte crescimento populacional, dado confirmado mais

tarde. O estudo revelou uma migração entre cidades da região, das mais pobres para as mais ricas. Em relação à economia, foi realizada uma análise setorial, contemplando infraestrutura, indústria, agricultura e economia terciária, um levantamento vítima de algumas lacunas, por ausência de dados oficiais. Ainda assim os resultados apontaram mudanças importantes que trariam nova fisionomia à região e reforçariam o perfil assimétrico do Vale do Paraíba Paulista. Já o segundo estudo realizado pela entidade, entitulado "Macrozoneamento da Região do Vale do Paraíba" - MAVALE, feito em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas - INPE, só aconteceu em 1992, deixando lacuna de tempo significativa para sua análise.

Alguns pontos, no entanto, precisam ser levados em consideração com relação à criação do CODIVAP e seu avanço no tempo. Um consórcio, nascido em período de controle de informação de forma firme e cerceadora, pertinente aos anos de ditadura militar, permitiu a condução da postura do grupo de acordo com as conveniências do Estado. Seu primeiro superintendente, Paulo Egydio Martins, quando deixou o CODIVAP e se tornou Governador do Estado de São Paulo, por nomeação federal, não levou em consideração o modelo adotado pelo consórcio e optou por aplicar o Plano Regional do Macro-Eixo Paulista, de 1976.

O CODIVAP mantém o uso das mesmas regras de sua criação, com característica puramente propositiva, aparentemente sem poderes para além disso. Não há registro de histórico de planejamento do Consórcio para Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba, abrindo margens para o questionamento de sua legitimidade no sentido prático, como agitador de melhorias para a região, quaisquer que sejam. Menos ainda percebe-se ação em conjunto com as esferas dos governos estaduais e federais. As iniciativas aparecem sempre de forma isolada, apesar de muitas vezes refletirem o desejo do grupo. Diversos estudos sobre o tema apontam que as reuniões passaram a ser uma mera oportunidade para prefeitos reivindicarem benefícios individuais, com olhos voltados para suas cidades.

CODIVAP, RMVP e sua comunicação pública

Sen(2000) afirma que para que a liberdade seja alcançada é preciso dar à sociedade a liberdade de discussão pública e de decisões participativas sobre as políticas. Diante desse discurso é possível dizer que a transparência pode ser considerada uma das bases para o fortalecimento da democracia, dando ao cidadão a oportunidade de ter conhecimento sobre os passos dados pela administração pública.

Por isso julga-se de extrema importância debater a comunicação pública realizada tanto pelo CODIVAP quanto pela RMVP sobre suas realizações para a comunidade das cidades que as compõem.

Kotler (2000) define stakeholders como grupos que interagem com a instituição em diferentes níveis de relação, tendo, portanto, interesse naquilo que ela defende e/ou realiza. Por isso é papel do CODIVAP e da RMVP, investir na comunicação adequada para atender as necessidades da sociedade que esses grupos representam. Além de manter a postura coerente com a democracia que defendem, isso traz mais credibilidade à suas assinaturas enquanto procuradores das reivindicações populares para o desenvolvimento coletivo.

O conceito de comunicação pública torna esse compromisso ainda mais intenso, descrito por McQuail(1998) como uma rede de transações informativas que ocorrem na esfera pública ou no espaço público de qualquer sociedade, que seja de interesse do público em geral, principalmente sobre o que é de interesse relevante e legítimo. O autor defende uma comunicação pública livre e aberta.

Zémor(1995) afirma que a comunicação pública tem como principais funções informar, escutar, contribuir para a relação social e acompanhar mudanças de comportamento da sociedade. Para o autor é preciso evitar a pessoalidade da comunicação pública, focando o governo de forma institucional. Já Mancini(2008) defende que sua aplicação deve ter como finalidade o alcance de vantagem econômica imediata, dando margem para discussões éticas sobre o tema. Oliveira(2004) sustenta que a comunicação pública não é apenas governamental, mas pode ser realizada pela sociedade em geral, ao tornar uma informação pública, ao dar-lhe publicidade. Para Koçouski(2012) a comunicação pública deve ter seu olhar voltado à coletividade.

Para a realização deste estudo foram avaliadas páginas oficiais ligadas às duas entidades durante o mês de junho de 2014. A RMVP realiza sua comunicação digital basicamente por meio do site da Emplasa, Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano SA, atual responsável por cuidar do planejamento da região da Grande São Paulo e atuar nas unidades regionais instituídas, voltada para a implementação de políticas públicas e projetos integrados entre os diversos setoriais e nos três níveis de governo.

No referido site encontra-se informações de todas as regiões metropolitanas do Estado de São Paulo. No link da página reservada à RMVP é possível encontrar na aba destinada ao Conselho Deliberativo, de forma aparentemente atualizada, a legislação

que define sua criação, o organograma de atuação, o regimento interno e a lista de conselheiros. As pautas e atas das reuniões possuem registro até a sétima reunião, realizada em 23 de agosto de 2013. A pauta para a oitava reunião, prevista para o dia 23 de março de 2014, cita apenas a eleição para presidente e vice-presidente do conselho e "outros assuntos", sem descrição do que estaria programado para o encontro. Os itens "Deliberações" e "Agenda" apresentam apenas a frase "Em fase de elaboração".

Já nas abas destinadas para Conselho Consultivo e Câmaras Temáticas informação é praticamente nula, restringido-se a um breve resumo de cada uma delas, sem documentos para análise e acompanhamento da população. Na aba de "Apresentações" o internauta consegue realizar download de duas apresentações, uma de novembro de 2012, sobre a criação da RMVP e outra sobre a experiência da Região Metropolitana da Baixada Santista.

No site da Emplasa, é possível ainda ter acesso publicação "Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte", feita pelo governo estadual em 2012, como forma de apresentar a nova RM.

Foram encontrados sites privados com nomes relacionados à RMVP, nos endereços www.rmvp.com.br e www.regiaometropolitanadovale.com, mas ambos encontram-se desatualizados desde 2012/2013 e não aparentam ter ligação direta com a Região Metropolitana do Vale do Paraíba como instituição.

O mesmo ocorreu com a rede de relacionamentos facebook: a página que leva o nome de Região Metropolitana Vale do Paraíba traz notícias desconexas com a instituição e pode-se afirmar não ter ligação oficial com a RMVP.

Já o CODIVAP possui site próprio, no endereço www.codivap.org.br. Neste site pode-se encontrar informações sobre as reuniões realizadas nos últimos anos, mas apresenta ligeira confusão ao não expor de maneira clara as datas das reportagens, permitindo ao internauta confundir-se com relação aos anos das matérias oficiais ao navegar pelas páginas. No ano de 2014 é possível identificar apenas seis publicações: a primeira com o edital de convocação deste ano, duas sobre eleição da presidência, realizada em 24 de janeiro; e os resumos das reuniões de números quatro e cinco, além de notícia sobre a eleição do CODIVAP Turismo.

A matéria sobre a quarta reunião ordinária do Consórcio, realizada em 25 de abril, em São Sebastião, relata palestras sobre temas como turismo e drogas, além da renovação do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e anúncio do novo Piso Social Paulista do Vale do Paraíba, recurso repassado aos municípios para nos serviços

preventivos da Proteção Social Básica e protetivos da Proteção Social Especial. Ações determinadas pelo Estado que independem da ação do CODIVAP.

Já o registro da quinta reunião ordinária, ocorrida em 30 de maio, em Taubaté, contou com a presença do Ministro dos Esportes, Aldo Rebelo, apresentando recursos disponíveis aos municípios e que ainda não foram usufruídos. Palestras sobre turismo, segurança e lei da ficha limpa também fizeram parte do encontro, além de uma participação da nova comandante da polícia na região.

No site do CODIVAP é possível encontrar ainda um breve histórico sobre a entidade, a descrição da diretoria, a lista dos municípios que fazem parte de sua composição, uma galeria de fotos e informativos em arquivo pdf, sendo que a última edição do jornal oficial do Consórcio, exemplar de número 43, em seu quarto ano de circulação, é de maio de 2014.

Na rede de relacionamentos facebook a página oficial do CODIVAP encontra-se atualizada, com imagens e informações de ações realizadas recentemente. Não foram encontrados sites ou páginas do facebook com nomes similares, que pudessem confundir o internauta.

Vale ressaltar que o documento que regulamenta o CODIVAP, de 1970, prevê a promoção de estudos e medidas para a criação de televisão educativa regional, algo que jamais saiu do papel.

CODIVAP, RMVP e a imprensa regional em 2014

A imprensa regional acompanha as ações tanto do Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba quanto da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte. Para analisar brevemente os registros feitos na região, este estudo considerou as publicações do Jornal O Vale, com maior circulação nas cidades que compõem as duas instituições.

Durante os primeiros meses de 2014 ao veículo citou o CODIVAP em matérias com temas como Déficit de vagas em presídios do Vale e a tentativa de negociação para a transposição das águas da bacia do rio Paraíba do Sul para o sistema Cantareira, em São Paulo, com direito à convocação de prefeitos integrantes do CODIVAP feita pelo Governador para reunião no Palácio dos Bandeirantes. Uma matéria, no entanto, chama a atenção. Datada em 25 de janeiro a reportagem relata a eleição da nova presidência da entidade e expõe a fragilidade do CODIVAP que, segundo sua análise, vem sofrendo um esvaziamento crônico desde partir de 2012, com a criação do Conselho de

Desenvolvimento da RMVP. A matéria registra a presença de apenas nove prefeitos na reunião, que teria sido realizada em mesmo dia e horário de uma visita do governador do estado à região, e fala sobre perda de força política e traz o depoimento do cientista político Maurício Cardoso, sugerindo a extinção do CODIVAP por conta da perda de sua função após o surgimento da RMVP.

Já a cobertura das ações realizadas pela Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte é mais constante. Pode-se atribuir isso, entre outros motivos, ao caráter mais oficial da instituição, que representa o governo do Estado de São Paulo. Entre as coberturas destaque para oito presenças do Governador Geraldo Alckmin na região, registradas na publicação de 20 de junho, feitas principalmente para participações em reuniões da própria RMVP, como é citada pelo veículo, e para entregas de grandes obras, como a ampliação da Rodovia dos Tamoios e a inauguração da FATEC de Pindamonhangaba.

Foram localizados dois informativos institucionais produzidos pela redação do jornal O Vale em nome da RMVP. As duas publicações foram encartadas no jornal impresso, mas apenas a primeira, produzida em 29 de março de 2012, na ocasião da criação da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, encontra-se disponível no site de O Vale. O segundo, mais recente, foi encartado e distribuído na segunda semana de junho de 2014, trazendo as ações atualizadas da RMVP, apresentando somente pontos positivos sobre sua atuação.

O editorial do jornal O Vale do dia 18 de junho de 2014, comenta sobre a lista de reivindicações dos prefeitos da região aos candidatos das próximas eleições, a serem realizadas em outubro, considerando tanto CODIVAP e RMVP. Os documentos trariam a repetição dos mesmos pedidos feitos no passado. O texto fala também sobre um esvaziamento do Conselho de Desenvolvimento da RMVP, informação confirmada pelo registro das atas verificadas neste estudo. O jornal atribui esse cenário às limitações de atuação do conselho, que reproduz apenas o que é de interesse do Estado, sem dar oportunidade as reivindicações originadas nos problemas reais das cidades, impedindo o processo de melhoria contínua da atuação do governo estadual na região.

Considerações Finais

Com base nas informações levantadas durante este estudo pode-se concluir que a criação do CODIVAP parece ter afetado pouco o desenvolvimento da região de forma direta, se considerarmos seu limitado poder propositivo. Já ao avaliar a atuação da

RMVP, é possível perceber o acesso direto ao governo estadual, mas essa atuação é limitada por seguir os planos para a região que sejam de interesse direto deste governo, engessando ações ou proposituras que possam desequilibrar essa harmonia para a administração que se encontra no poder no Estado de São Paulo.

Avaliando de forma mais abrangente, percebe-se que apesar de haver dois núcleos que teriam como meta trazer melhorias para o Vale do Paraíba, Serra da Mantiqueira e Serra do Mar pouco conseguem efetivamente agir levando em consideração as necessidades reais das cidades em questão. Isso demonstra, além de uma redundância que surge nos debates e nas reivindicações, uma completa ausência de relevância para alcançar os desejos dos municípios da região.

A amplitude geográfica, com disparidades econômicas e sociais consideráveis, coloca as iniciativas em xeque, exigindo um planejamento ainda mais detalhado e profundo, com vistas a equalizar os problemas e fomentar o enriquecimento coletivo de forma equilibrada. O estudo não identificou ações reais que tenham cumprido essa meta, mesmo que parcialmente. Pode-se considerar essa missão ainda mais árdua para o CODIVAP, que possui em sua lista de atuação cidades que sequer compõem a mesma região administrativa.

É possível ainda explicar o esvaziamento e até, pode-se dizer, certo descrédito dessas instituições por parte das prefeituras, que já perceberam que mesmo as forças da RMVP e do CODIVAP pouco conseguirão produzir, exceto aquilo que é de interesse do poder público estadual.

Considerando o histórico das duas instituições conclui-se que apesar de terem origens aparentemente distintas, afirmação que permite um debate mais aprofundado, ambas revelam característica política à frente dos interesses da população.

Quanto à comunicação com seus públicos de interesse, os esforços parecem desencontrados de uma linha editorial: o CODIVAP mantém canais adequados, porém alimentados de forma ineficiente, enquanto a RMVP não oferece um canal próprio de comunicação com dados contínuos, além de estar fora das redes sociais. Ainda assim a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte investe em publicações impressas, com alcance distinto e complementar ao da comunicação digital, mesmo que em número pequeno se comparado à sua área de abrangência.

O olhar da imprensa, teoricamente atenta aos movimentos políticos, demonstra observar a fragilidade dos dois grupos, expõe suas lacunas, mas sem propor soluções ou debater os temas com maior profundidade.

Referência:

ANTICO, Claudia. LEAL, João Luis. **Região de Governo de São José dos Campos. Campinas**: UNICAMP, Núcleo de Estudos de População, Migração em São Paulo, 4. Textos Nepo, 26, 1993.

BONATTO, V.A.C.C. **Os Consórcios Intermunicipais para Gestão Associada de Serviços Públicos.** Monografia de Bacharelado em Direito. Faculdade de Direito - FIC, Curitiba, Fevereiro de 2004.

CODIVAP, **Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba.** Disponível em < http://www.codivap.org.br/>. Acesso 22 de junho de 2014.

CRUZ, M.C.M.T. **Cooperação intermunicipal, a experiência do estado de São Paulo, Brasil**. X Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Santiago, Chile, 2 de outubro de 2005.

EMPLASA, **Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S.A. - EMPLASA Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte.** Disponível em < http://www.emplasa.sp.gov.br/emplasa/conselhos/ValeParaiba/conselhos.asp>. Acesso 22 de junho de 2014

GOMES, Paulo César. **O conceito de região e sua discussão.** In: CASTRO, GOMES & LOBATO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, **Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte.** Disponível em < http://www.emplasa.sp.gov.br/emplasa/conselhos/ValeParaiba/textos/livro_vale.pdf>

KOÇOUSKI, Marina. Comunicação Pública: construindo um conceito. In: MATOS, Heloiza. **Comunicação Pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas.** ECA/USP: São Paulo, 2012.

KOTLER, P. **Administração de marketing: a edição do novo milênio.** São Paulo: Prentice Hall, 2000.

LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 1.166, DE 9 DE JANEIRO DE 2012.

MAMEDE, Jefferson Alessandro Galdino. **Análise do desenvolvimento do Cone Leste Paulista desde a criação do CODIVAP: impactos observados e necessidades futuras.** Dissertação (Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional) - Universidade de Taubaté, Taubaté, 2006.

MANCINI, Paolo. **Manuale di comunicazione pubblica(1996/2002).** 5 ed. Roma-Bari: Laterza, 2008.

MARTINS, P.E. in **Caracterização e avaliação dos conhecimentos existentes sobre a Região do Vale do Paraíba e Diagnósticos Resultantes.** CODIVAP. Pindamonhangaba: São Paulo, 1971.

McQUAIL, Denis. **La Acción de los medios. Los medios de comunicación y el interés público.** Buenos Aires: Argentina, 1998

O VALE, **Alckmin encara maratona de inaugurações em duas cidades**, Edição de 20 de Junho de 2014, pág 03.

O VALE, Editorial, **Mesmice Geral.** Edição 18 de Junho de 2014, pág 02.

O VALE, **Em reunião esvaziada, Vito assume comando do Codivap,** Edição de 25 de Janeiro de 2014, pág 04.

OLIVEIRA, Maria José da Costa. Comunicação Pública: estado, governo e sociedade. In: SILVA, Luiz Martins da(org). **Comunicação Pública: algumas abordagens.** Brasília: Casa das Musas, 2010.

REIS, L. **Produção de Monografia da teoria à prática: o método de educar pela pesquisa.** Brasília: Senac-DF, 2012.

SANTOS, Moacir José. CARNIELO. Mônica. OLIVEIRA, Edson Aparecido**. Comunicação digital na gestão pública dos municípios da RMVP: acesso à informação, transparência e mecanismos de participação. Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional.** Universidade Regional de Blumenau: Santa Catarina, 2013.

SANTOS, Moacir José. CARNIELO. Mônica. OLIVEIRA, Edson Aparecido. **Uso de ferramentas de comunicação digital na gestão de municípios das capitais brasileiras.** Revista do ICSA, ano VII, vol.8. Universidade Feevale: Novo Hamburgo: Rio Grande do Sul, 2011.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

VIEIRA, Edson Trajano. **Industrialização e Políticas de Desenvolvimento Regional: o Vale do Paraíba Paulista na segunda metade do século XX**. Tese de Doutorado em História Econômica. USP: São Paulo, 2009.

VIEIRA, Edson Trajano; SANTOS, Moacir José. **As ferramentas quantitativas e qualitativas na análise histórica do desenvolvimento regional: o Vale do Paraíba de 1970-2000.** Revista Diálogos (Maringá. Online), v. 17, n.1, p. 279-307, jan.-abr./2013.

VIEIRA, Edson Trajano; SANTOS, Moacir José. **Industrialização e Desenvolvimento Regional: Política do CODIVAP no Vale do Paraíba na década de 70.** Revista DRd, ano II, n. II. Universidade do Contestado: Santa Catarina, 2013.

ZÉMOR, Pierre (1995). **La comunication publique**. 3 ed. Paris: PUF, 2005